

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE REGULAR DE ENSINO

Tarcileide Maria Costa Bezerra¹
Ariadne Ananda Nepomuceno Gouveia Freire Nascimento²

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma monografia de graduação, que teve como objetivo geral investigar sobre o processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual (DI). A problemática decorreu da condição de aprendizagem do aluno com deficiência e das dificuldades enfrentadas por docentes para lidar com esse público. A metodologia utilizada para a pesquisa foi um estudo de caso, de natureza qualitativa. A pesquisa de campo ocorreu em uma escola do Ensino Fundamental da rede pública do município de Pacajus – Ceará, tendo como sujeitos uma professora e um aluno com deficiência intelectual. Como técnica de pesquisa, realizamos observações e entrevista semiestruturada. Os registros foram feitos através de gravação e diário de campo. Os resultados apontaram que existem dificuldades de socialização e de concentração do aluno com DI, o que acaba por gerar atraso e dificuldades em seu processo de aprendizagem. No tocante à professora, essa enfrenta alguns problemas ao lecionar por não ter uma formação continuada nas áreas de Educação Especial e de Educação Inclusiva, como também por não possuir, em sua sala de aula, uma professora auxiliar e/ou uma cuidadora para trabalhar seu aluno com DI, o que acaba prejudicando a aprendizagem do aluno. Concluímos, com a presente investigação, que são necessárias adaptações pedagógicas nas escolas e uma formação mais especializada dos educadores nas áreas de Educação Especial e de Educação Inclusiva, que visem proporcionar aos alunos com DI uma educação com técnicas mais assertivas que propiciem uma aprendizagem exitosa.

Palavras-chave: Aprendizagem, Socialização, Deficiência, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Durante a graduação no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) tivemos a oportunidade de estagiar em uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde estabelecemos o primeiro contato com dois alunos com deficiência intelectual, ambos diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), em uma escola pública da Prefeitura Municipal de Pacajus – CE. Na ocasião pudemos constatar mais de perto o quão carente é a Educação Especial e a Educação Inclusiva em nossa região em vários quesitos, como formação profissional, estrutura das instituições, além da relação família e escola.

¹Professora Mestre da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Doutoranda do Programa de Pós - Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, tarcileide.bezerra@uece.br;

²Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará -UECE, ariadne.ngouveia@gmail.com.

Outra experiência bastante significativa para nossa formação foi a participação como bolsistas em um Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 2015, sobre “Necessidades formativa e pedagógica: limites, desafios, possibilidades e interfaces da educação especial na perspectiva da educação inclusiva nas escolas de educação básica”, onde pudemos novamente estabelecer contato mais próximo com alunos diagnosticados com deficiência intelectual e observar a carência de profissionais especializados e de recursos pedagógicos para trabalhar com esse público da Educação Especial.

Diante destas experiências ficou evidenciada a falta de conhecimento das famílias e dos profissionais da educação, sobre deficiência intelectual. Esses, na maioria das vezes, conhecem o assunto de maneira muito superficial. A partir de então, surgiu o interesse em pesquisar sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e a formação dos professores destinada a esse público.

Sendo assim, essa pesquisa teve como justificativa para sua idealização as experiências adquiridas ao longo de nossa formação acadêmica, bem como o desejo de querer estudar sobre o processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar sobre o processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na rede regular de ensino. Neste sentido, buscamos compreender conceitos, causas e diagnósticos sobre a deficiência intelectual, conhecer em que áreas do conhecimento o aluno com deficiência intelectual possui maior dificuldade de aprendizagem, bem como identificar quais as metodologias utilizadas pelo professor para trabalhar com esse aluno.

METODOLOGIA

Compreendemos que o método de pesquisa visa somar esforços na construção do conhecimento sobre nossa temática, à luz de reflexões como a de Valente (2003, p. 98), que diz que o ato de fazer ciência “é o que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação e da compreensão de uma informação”. (VALENTE, 2003, P. 98).

Nessa perspectiva, com o intuito de alcançar uma investigação mais rigorosa possível, já que o máximo que podemos pleitear é uma maior aproximação ao real, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica com estudo de caso. Consultamos várias literaturas

relativas ao assunto em estudo, que se caracteriza como quantitativo, estruturado em uma discussão a partir de uma entrevista analisada a seguir no presente trabalho.

Godoy (1995, p. 58) expõe algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, as quais embasam também este trabalho: considera o ambiente como fonte e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. Nessa esteira é que se desvela nosso modo de pesquisar.

Dessa forma, apoiamo-nos para a elaboração desse trabalho nas leituras de alguns autores importantes, tais como Carvalho, Jannuzzi, Vygotsky, Valentim, dentre outros que versam sobre nosso objeto de estudo.

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como sendo um estudo de caso de natureza qualitativa. Segundo Minayo (2002, p. 16), entende-se por “[...] metodologia o caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade”. (MINAYO, 2002, P. 16). A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O presente estudo consiste num estudo de caso, que se caracteriza, segundo Gil (1995, p. 78), “[...] pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo [...]”. (GIL, 1995, P. 78).

Como instrumento de coleta de dados realizamos observações em sala de aula e utilizamos uma entrevista semiestruturada. No que diz respeito a sua formulação, tivemos cuidado com a elaboração das perguntas, a fim de não influenciarmos o entrevistado em suas respostas, ou fazermos perguntas arbitrarias ou dúbias. A intenção foi formar, durante a entrevista, uma narrativa natural entre o entrevistado e as pesquisadoras.

O estudo foi realizado numa escola do Ensino Fundamental da rede pública do município de Pacajus – Ceará, tendo como sujeitos de pesquisa uma professora e um aluno com deficiência intelectual. A entrevista foi aplicada à professora e as observações direcionadas a prática docente e ao aluno com deficiência intelectual. Utilizamos como equipamento de registro um gravador e anotações num diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pessoa com deficiência esteve sempre presente na sociedade, porém em diferentes contextos. Ao longo dos anos, sempre teve um olhar lançado de forma diferente e marginalizado sobre ela, o que constituiu uma história marcada por lutas e preconceito.

Na Idade Antiga ainda não existiam estudos científicos sobre as pessoas com deficiência, logo, o ser “diferente” causava medo, pois era algo ainda desconhecido pelos demais, o que acabava ocasionando a marginalização desde então.

Até meados do século XVIII, Segundo Magalhães (2002, p. 26-31), a deficiência encontrava-se bastante ligada ao ocultismo e ao sobrenatural. Na Idade Média, surge um embate da caridade *versus* punição. Passam a crer que as pessoas com deficiência tinham alma e não poderiam mais ser sacrificadas, merecendo então algum tipo de assistência. Devido a isso, eram mais passíveis ao pecado e, portanto, mereciam ser castigados. Surgem, então, as instituições assistencialistas, que tinham um caráter dualista: por um lado, fazer uma limpeza na sociedade, retirando os considerados desviantes, e, assim, protegendo a todos; por outro, proteger os deficientes deles próprios.

Conforme Jannuzzi (2006, p. 8), já no início do século XIX, mas ainda diante desse desconhecimento, a sociedade já procurava se proteger juridicamente da pessoa com deficiência, baseando-se na Constituição de 1824 (título II, artigo 8º, item 1º), que privava do direito político o considerado incapacitado fisicamente ou moralmente.

Com a chegada da Idade Moderna e o modo de produção capitalista, surge o empenho predominantemente da Medicina em pesquisar sobre as pessoas com deficiência que, para Jannuzzi (2006), vem como uma forma de procurar respostas para os casos mais graves das diversas “anomalias”. Ainda nas instituições que atendiam às pessoas com deficiência é que surge o interesse em se trabalhar a socialização e a educação das mesmas.

É então, fundamentalmente na Europa, que surgem os primeiros movimentos em luta pelo atendimento às pessoas com deficiência, apoiando-se em um viés educacional e assistencialista.

Partindo dessa mesma perspectiva, como disserta Mazzota (1996), é que medidas como a criação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, por Valentin Hauy, em Paris; a instituição para educação de pessoas com deficiência física em 1832, na Alemanha; e o atendimento educacional aos deficientes mentais, tendo como pioneiro no método de ensino para essas pessoas o médico Jean Marc Itard (1774 – 1838), foram se difundindo inicialmente pelo Canadá e Estados Unidos e, posteriormente, por todo mundo.

Até o final do século XIX, o atendimento às pessoas com deficiência ainda era realizado de maneira muito clínica e assistencialista, apesar de já ser posto em questão o atendimento educacional. Para referir-se a tal, eram utilizadas expressões como “Pedagogia Curativa”, “Pedagogia dos Anormais”, “Pedagogia de Assistência Social”, dentre outras.

No Brasil, podemos observar durante o século XIX instituições escolares anexadas a hospitais psiquiátricos, onde os médicos eram responsáveis pela educação de crianças com deficiência mental, trabalhando com o auxílio pedagógico, o que também é visto na primeira metade do século XX. Em 1929, Ulysses Pernambucano organiza a primeira equipe multidisciplinar (psiquiatra, psicólogo e pedagogo) para trabalhar a educação de crianças com deficiência. (JANNUZZI, 2006).

A segunda metade do século XX vem então trazendo um cenário de muitos avanços políticos e pedagógicos para a Educação Especial em todo mundo. No ano de 1950, surge nos Estados Unidos a corporação chamada de *National Association for Retarded Children* – NARC, que em português significa Associação dos Pais de Crianças com Deficiência. Com o apoio de seus fundadores, é então inaugurada no Brasil em 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Rio de Janeiro, e em seguida difundida por todo país, em funcionamento até os dias atuais.

As causas da deficiência intelectual podem ter origem genética, congênita ou adquirida, além de serem desconhecidas em até 50% dos casos. As mais conhecidas são: Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica.

Na faixa etária dos dois anos, a criança se familiariza com algumas brincadeiras, assim como antes do seu convívio. A falta de interesse pelas atividades dadas em sala de aula, a pouca interação com os colegas e com a professora, a dificuldade em coordenação psicomotora, dificuldade para identificar letras, desenvolver a fala de maneira satisfatória, a dificuldade em se adaptar aos mais variados ambientes são alguns sinais que podem indicar que algo não está dentro da normalidade.

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (HONORA; FRIZANCO, 2008, p. 107).

O relacionamento com a família é outro ponto chave, pois a criança pode ser prejudicada pela falta de orientação e clareza dos pais quanto ao tema. Alguns pais rejeitam, outros superprotegem, não permitindo que os filhos interajam com o mundo e limitam a convivência desse com o meio. É necessário que a criança se desenvolva para não ser encarada como vítima.

Sabemos que o termo inclusão assume significados variados, mas para a realidade brasileira, deve se adaptar a práticas e políticas educacionais de cada localidade. Maurice Tardif (2002, p. 16) defende que “o saber não se reduz, exclusivamente ou principalmente, a processos mentais, cujo suporte é a atividade cognitiva dos indivíduos, mas é também, um saber social que se manifesta nas relações entre professores e alunos”. (TARDIF, 2002, P. 16).

Um dos grandes desafios enfrentados pelos educadores consiste na solução da problemática: como um aluno diagnosticado com deficiência intelectual aprende? Nesse contexto, consideramos algumas práticas pedagógicas utilizadas, com vistas à metodologia a ser utilizada para os alunos com deficiência intelectual. Iacono e Mori (2004, p. 2) abordam o assunto, afirmando:

No contexto das diferentes áreas que compõem a educação especial [...] a educação de alunos com deficiência mental tem sido um desafio constante não só para os profissionais que trabalham nesta área, como para os pais destes alunos (IACONO; MORI, 2004, p. 2).

O aluno com deficiência intelectual necessita de uma ação pedagógica adequada às suas necessidades educacionais, para que o sucesso da inclusão se estabeleça em seu favor e possa ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Uma ação pedagógica com alta prioridade é a adaptação curricular, pois é um dos instrumentos na instituição educacional que irá trabalhar as áreas de comunicação, autocuidado, habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, e os propósitos acadêmicos, de lazer e trabalho.

Vygotsky (1989, p. 127) é claro quando diz que “a capacidade não é uma função íntegra, mas uma série de funções e fatores diferentes que estão unidos num todo”. (VYGOTSKY, 1989, P. 127). E diz mais, é preciso criar instrumentos culturais (signos) especiais, que consigam tirar a pessoa com deficiência do desenvolvimento limitado das funções superiores. Para isso,

[...] os procedimentos pedagógicos devem ser organizados para que tal desenvolvimento se dê por vias indiretas, por outros caminhos, porque a condição mais importante e decisiva do desenvolvimento cultural é

precisamente a habilidade de empregar os instrumentos psicológicos, que nessas crianças não é utilizada. (VYGOTSKY, 1988, p. 22).

Apoiados na perspectiva vygotskyana podemos afirmar que a escola consiste num espaço propício à inclusão das pessoas com deficiência. Para Silva (2007, p. 103) a inclusão é “uma ideia que contempla a participação de todos, na escola, em especial daqueles que sempre foram considerados como ‘doentes’ e incapazes frente aos padrões de normalidade”. (SILVA, 103, P. 103).

O termo ‘incluir’ não se emprega apenas para pessoas com deficiência, e sim, para todos aqueles que vivem fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. É preciso entender a inclusão como aquela que acolhe a todos, sem exceção. Apesar de alguns avanços ocorridos no decorrer dos anos, ainda não é possível afirmar que a inclusão no âmbito escolar aconteça de forma efetiva, conforme atestamos com os resultados de nossa investigação, que serão apresentados a seguir.

Como resultados da pesquisa em apreço, relatamos e analisamos os achados de nosso estudo sobre a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas junto a esse aluno.

O aluno, que chamaremos aqui por Otávio (nome fictício), tem oito anos e nasceu em 2009 na cidade de Pacajus – CE. Ele possui deficiência intelectual congênita. Na época da realização do presente estudo, estava matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental I, numa escola pública municipal, que denominaremos de Perseverança.

A sua professora Ana (nome fictício adotado nessa pesquisa) nos informou que Otávio era dotado de boa memória, tendo participação limitada em sala de aula, pois parte das atividades realizadas contemplavam, em sua maioria, os alunos ditos normais. Ele se comunicava por meio de uma fala infantilizada com frases curtas ou até mesmo palavras mal pronunciadas, revelando que o educando necessitava de atendimento fonoaudiológico.

A fala da professora nos chamou atenção quando essa afirmou que o aluno com deficiência intelectual (DI) participava pouco das atividades, devido à ocorrência dessas serem destinadas, em sua maioria, aos alunos ditos normais. Percebemos, assim, que a professora não mantinha preocupação com a flexibilização curricular/adaptação, aqui utilizadas como sinônimas, dos conteúdos programáticos de suas atividades, de modo a contemplar as necessidades de aprendizagem do seu aluno com deficiência.

De acordo com Lopes (2008, p. 12),

O processo de flexibilização/adaptação não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular. Ele exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do Projeto Político Pedagógico, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos os alunos. (LOPES, 2008, P. 12).

Sendo assim, a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual nos pareceu comprometida, uma vez que esse pouco realiza as atividades escolares desenvolvidas em sala de aula. Mais do que isso, sua inclusão escolar ficava a desejar, posto que uma forma de incluir o aluno com deficiência na escola acontece através das atividades pedagógicas que são planejadas e executadas rotineiramente.

Otávio participava parcialmente das atividades realizadas em sala de aula, obedecia a comandos simples, identificava todos os colegas pelo nome e fazia uso de medicação diariamente.

O aluno com deficiência precisa ser estimulado, a fim de que vença suas dificuldades da vida diária. Para isso, sabemos que a afetividade, a interação por meio da ludicidade, as linguagens verbal e gestual, a psicomotricidade, a música e etc., são elementos importantíssimos e que precisam ser vivenciados por ele.

Ainda sobre a deficiência intelectual de Otávio, esse apresentava atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e tinha um ritmo lento de aprendizado. Mostrava-se muito tímido por vezes, mas, em sala de aula, socializa bem com adultos e crianças. Observamos que ele não conseguia se concentrar por muito tempo em uma atividade e chorava sem motivo aparente.

Otávio era bastante frequente na escola e nunca chegava atrasado. Frequentava também, uma vez por semana a sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE e fazia acompanhamento com psicólogo semanalmente. Nas aulas, conseguia fazer desenhos, pinturas e cópias. Escrevia seu nome completo, diferenciava e reconhecia todas as letras do alfabeto, bem como os numerais. Sabia também diferenciar um texto de uma imagem, bem como conhecia vários personagens e super-heróis, recontava histórias simples com o auxílio da professora e apontava características de alguns deles. Otávio também se relacionava bem com a professora de Educação Física.

As tarefas de leitura e escrita eram complicadas para ele, haja vista que não dominava a leitura, e possuía muita dificuldade de concentração. Sendo assim, estava classificado pela professora no nível pré-silábico.

Contudo, demonstrava prazer nas atividades do campo da arte. Sabia dar recado muito bem, e, sabendo disso, a professora estimulava a sua oralidade e interação com os colegas em sala. Todos os colegas o respeitavam e tinham cuidado com Otávio. Sua relação com a família

era de muita afetividade. Criado pela avó e pela mãe, tinha tudo o que precisava, na medida do possível.

A família parecia satisfeita com a escola e participava sempre das atividades que precisavam da parceria escola e família. Sua avó materna tinha consciência dos direitos do neto e exigia a garantia deles. A família sonhava com o dia em que Otávio pudesse cursar uma faculdade.

No tocante a professora entrevistada, ela tinha 27 anos, atuava na rede pública municipal de ensino de Pacajus há cinco anos, inicialmente como substituta e atualmente como efetiva. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, ela possuía, também, Especialização em Gestão Escolar.

A professora conta com o apoio do Atendimento de Educação Especializada – AEE para conseguir avançar na aprendizagem do aluno. A professora do AEE articulava-se com a professora da sala comum e com a família para que Otávio pudesse se desenvolver integralmente em sociedade.

O Atendimento Educacional Especializado para as pessoas com deficiência mental está centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento, complementando o conhecimento acadêmico e o ensino coletivo que caracterizam a escola comum. O conhecimento acadêmico exige o domínio de um determinado conteúdo curricular; o atendimento educacional, por sua vez, refere-se à forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue compreendê-lo. (ANA, 2017).

Diante da fala da professora e de nossas observações, entendemos que há boa vontade da professora Ana e dos demais profissionais da instituição ao trabalhar com os alunos especiais. Porém, é possível notar também que a maioria dos profissionais possuem poucas informações sobre como contribuir de forma positiva e significativa no desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual – DI. O fato é que cada um desenvolve seu trabalho com os alunos com DI da maneira que julga correta, baseando-se, possivelmente, em sua própria formação escolar, familiar, ou em conhecimentos diversos.

Perguntada sobre sua formação continuada, a professora Ana nos revelou que nunca fez um curso na área de Educação Inclusiva, embora tenha todo ano em sua sala de aula, um aluno com deficiência.

Nunca tive a oportunidade de fazer um curso na área da Educação Inclusiva. Nem mesmo tive interesse. Minha área de afinidade com a educação sempre foi a Gestão Escolar, embora hoje, ame o ciclo de alfabetização. (ANA, 2017).

Diante disso, entendemos que é necessário que o profissional, especialmente o da educação, estude sobre a inclusão, sobretudo na realidade atual em que os alunos com deficiência estão adentrando as escolas regulares.

Embora a professora Ana demonstre vontade de fazer com que seu aluno com DI se desenvolva, concordamos com Beyer (2003) quando afirma que a maioria dos professores se sente “[...] despreparados para atender alunos com necessidades especiais: falta-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições apropriadas de trabalho”. (BEYER, 2003, p.1-2).

O conceito da professora Ana sobre deficiência é muito simples. Para ela, deficiência é algo que “trata de uma limitação do indivíduo, seja intelectual, motora”. Logo, percebemos que o seu conhecimento aparente sobre o tema é incipiente, confirmando-se, desse modo, que necessita ampliar seus conhecimentos teóricos para lidar com alunos que apresentem deficiência intelectual.

Em um dado momento da entrevista perguntamos à professora Ana como foi a reação dela ao receber um aluno com deficiência intelectual em sala de aula. Como resposta, ela nos disse:

Já o conhecia da escola e já sabia que seria meu aluno este ano, caso continuasse na escola. Olhei os relatórios anteriores e já conhecia praticamente quase todos meus alunos, não somente Otávio. Foi bem tranquilo, nada demais. Igual aos outros alunos. A única diferença é que eu sabia que teria mais trabalho, pois ele me exige mais atenção, atividades diferenciadas. (ANA, 2017).

É muito importante conhecer com antecedência os alunos com quem se trabalhará durante o ano letivo. Em geral, os professores analisam as notas ou relatórios do ano, a fim de construir um perfil de turma e fazer um melhor trabalho ao decorrer do ano. No caso da professora, ela nos contou que verificou as informações reveladas pelo professor do ano anterior e que, além disso, estava disposta a receber o aluno, embora não soubesse muito como conduzir o trabalho pedagógico com um aluno com deficiência intelectual.

A fim de entender amiúde como se relacionava a professora Ana e o aluno Otávio, questionamos sobre como se relacionavam em sala de aula. Ademais, encontramos as palavras da professora que nos mostra que:

Primeiro de tudo é a afetividade. Sou professora, mas também busco ser estímulo, um ponto de apoio na sua aprendizagem. Observo muito ele e sempre que posso converso com a família. Nosso relacionamento não apresenta dificuldade alguma. Sempre bastante tranquilo, zero agressividade por parte do aluno, nem indisciplina. Ele não apresenta interesse em muitas coisas e tem medo também, acredito ser algo característico da deficiência intelectual. (ANA, 2017).

A professora Ana observava bastante o aluno e identificava as suas necessidades para traçar sua prática pedagógica. Embora a professora demonstrasse preocupação com a aprendizagem de Otávio, essa não se empenhava muito em fazer com que ele participasse das atividades propostas, como já foi dito anteriormente, quando essa afirmou que a maioria das atividades é destinada aos alunos ditos normais.

Contudo, o cotidiano escolar dificulta a realização de seu trabalho da forma que ela idealiza. De acordo com a professora seria necessário ter em sua sala de aula uma professora auxiliar ou até mesmo uma cuidadora para que ela pudesse dar mais atenção a Otávio.

Diante disso, citamos o que nos diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96) quanto ao apoio ao docente em seu trato com alunos com deficiência: “[...] haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. (BRASIL, 1996, p. 25).

Nesse contexto, seria importante que existisse uma auxiliar de sala para ajudar na conduta pedagógica em classe. Vale ressaltar que a escola também deveria se adequar para receber alunos com deficiência. A Secretaria Municipal de Educação de Pacajus tem o dever de viabilizar as condições necessárias à escola, para garantir efetivação dos direitos do aluno com deficiência. Por lei, a pessoa com deficiência, como qualquer cidadão, tem o direito à educação de qualidade.

Outro fato relatado pela professora Ana é que o aluno não se interessava muito pelas atividades propostas. Isso nos fez questionar: de que atividades ela estava falando? Será que eram atividades voltadas para o desenvolvimento individual do aluno? Será que eram significativas para esse aluno? Ou será que faltavam condições financeiras da escola para implementar suas práticas pedagógicas com recursos didáticos significativos, que atendessem as reais necessidades do aluno com deficiência?

Para isso, é necessário capital financeiro para compra de recursos didáticos específicos, sobretudo, capital humano, muita afetividade e dedicação a essa criança.

Não pode ignorar o conjunto de condições que influem no trabalho do professor. Sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação. (MARCHESI, 2004, p. 44).

A professora Ana também foi bastante realista frente às suas dificuldades. Isso foi possível verificar quando nos disse que:

A primeira dificuldade era teórica. Perguntava-me como seria, o que eu deveria fazer, entender a dificuldade dele era de fato uma necessidade

minha. Então tomei algumas leituras e parti à prática. Sei que sozinha não posso atuar. Ele necessita de fonoaudiólogo, psicólogo, médico pediatra e etc.. (ANA, 2017).

O aluno Otávio é acompanhado pelo responsável do Atendimento Educacional Especializado – AEE na escola. Esta profissional orientava a professora também em algumas atividades e retirava o aluno de sala, muitas vezes para fazer atividades direcionadas e individuais.

[...] atividades lúdicas, trabalho com alfabeto móvel, reconhecimento da letra na palavra, letra inicial e final, significado, pintura, escultura, tento fazer trabalhos manuais e percebo que vem dando certo no AEE. (ANA, 2017).

Otávio é avaliado semestralmente através de relatórios pela professora Ana, mas seu acompanhamento vai além disso. É feita anamnese com psicólogo, pois a família buscou atendimento para ele junto ao Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS. A professora Ana revelou ainda que a família estava em busca de um fonoaudiólogo para assistir a criança.

Sendo assim, observamos a partir da realidade do aluno Otávio, que a Educação Especial no contexto atual, mesmo que com muitas dificuldades, está buscando ser consolidada no cotidiano escolar. A professora Ana apesar de não ter formação nas áreas de Educação Especial e Educação Inclusiva, tem buscado incluir o seu aluno com deficiência intelectual (DI) quando trabalha o multiletramento pela oralidade e o universo da leitura. Ela faz uso do alfabeto móvel, para que o aluno reconheça as letras no seu ritmo e tempo. Trabalha também com massa de modelar, materiais concretos, espelho, pintura, jogos, dentre outros recursos.

Ciente de seu papel de educadora, a professora Ana ao identificar a deficiência intelectual no aluno, apresenta satisfação em nos dizer que:

Percebo um avanço significativo. Infelizmente ele nos chegou ao terceiro ano ainda pré-silábico, mas em nosso último teste das quatro palavras e um teste de leitura oral percebemos que ele possui o entendimento de algumas sílabas canônicas, porém reafirmo que isso é fruto de muito trabalho e insistência. O que de fato representa avanço (ANA, 2017).

O aluno apresenta uma deficiência intelectual leve, como podemos constatar pelo que nos foi dito até então. Contudo, entendemos também que, mesmo a professora não tendo formação continuada sobre deficiência intelectual (DI), ela é peça fundamental para o desenvolvimento cognitivo do seu aluno com deficiência. Vale dizer que o aluno, apesar de tímido, é bastante participativo, e embora tenha um tempo de aprendizagem diferenciado, podemos julgar o trabalho da professora como mola propulsora do desenvolvimento desse sujeito.

Quando questionada sobre a participação do aluno Otávio em sala, a professora Ana respondeu:

Quando ele tem vontade, sim. Ele é um aluno frequente. Nunca falta. No momento do ciclo de leitura ele faz parte, por exemplo, além de desenvolver um trabalho com a responsável do AEE na escola. (ANA, 2017).

Inserir o aluno com deficiência no universo da leitura, fazendo com que ele se sinta valorizado e conviva em harmonia com seus pares (outras pessoas) já será uma transformação imensa em sua vida.

O professor possui, junto com outros agentes sociais, a oportunidade e a responsabilidade de levar para a escola o debate sobre a diferença, de alimentar a ideia de que uma escola para todos é possível.

No caso de Otávio, a convivência com os outros colegas é tranquila e, segundo a professora, “[...] não há nenhum preconceito. Eles já estudam juntos há anos e já estão bem habituados. É uma relação de proteção até”. (ANA, 2017). Logo, entendemos que o vínculo desse aluno com a escola é bastante importante para a formação dele enquanto indivíduo e cidadão.

A educação do aluno com deficiência intelectual deve basear-se no fato de que, simultaneamente com a deficiência, sejam dadas as possibilidades de compensação para superar suas dificuldades cotidianas, garantindo o direito estabelecido por lei de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, que é um princípio que está na Constituição desde 1988.

É válido pontuar que é bastante importante que a gestão escolar se posicione e apoie os professores que possuam em sua sala de aula alunos na mesma condição de Otávio. Ao longo da pesquisa constatamos que a direção e a coordenação pedagógica da escola, *locus* da investigação, não assumiam o papel que deveriam assumir frente à inclusão. A Secretaria de Educação e a Prefeitura também não. A escola não possuía estrutura acessível aos alunos com deficiência.

Quando perguntamos a professora Ana o que a gestão escolar fazia em prol da inclusão dos alunos com deficiência na escola, ela nos diz que,

[...] a gestão não sabe o que acontece em sala e nem se preocupa com o ‘andar da carruagem’. A criança depende exclusivamente de mim e da professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Acredito que aqui encontramos uma barreira imensa. (ANA, 2017).

Diante das falas da professora Ana e dos posicionamentos dos autores aqui trabalhados, ressaltamos que muitos professores, possivelmente irão se deparar com situações

semelhantes às descritas aqui em relação à inclusão de alunos com deficiência. Ora buscando superar os limites do sistema, ora buscando apoio nos próprios alunos e em sua evolução e não dando muita relevância aos aspectos negativos que dificultam a inclusão.

Valentim (2010) revela que é necessário construir, dentre outros elementos, outra pauta curricular pedagógica, a fim de cumprir com a necessidade do aluno com deficiência:

[...] o desenvolvimento de estratégias na sala de aula, como trabalhos em grupos, utilização de recursos e materiais que apoiem o tema da aula, organização física da sala [...], de forma a colaborar com o desenvolvimento das atividades propostas, como grupos pequenos, grandes, disposição das carteiras em círculos, atividades no chão, desenvolvidas em outros espaços da escola, como quadra poliesportiva, pátio, entre tantas outras propostas que não são novas, apenas fogem do tradicional [e que] podem contribuir para o desenvolvimento acadêmico e social do aluno com deficiência e seus colegas de turma. (VALENTIM, 2010, p. 51-52).

Realmente a escola inclusiva requer a quebra de paradigmas, o acolhimento às diferenças, a quebra de barreiras atitudinais, bem como uma nova forma de se pensar e de se planejar o que ensinar aos nossos alunos, tanto especiais como os ditos normais. Trata-se de uma nova filosofia de educação que visa atender a todos sem distinção de raça, cor, situação econômica, nacionalidade e tantas outras diferenças inerentes ao ser humano.

Para que possamos afirmar que uma escola é inclusiva, é preciso uma adequação pedagógica e estrutural da escola como um todo. Portanto, mais do que uma nova proposta educacional, a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa o desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos, independentemente de suas condições intrínsecas ou experiências prévias de escolarização. A inclusão é de grande importância para o desenvolvimento social e intelectual do aluno e, para que a mesma aconteça, a escola deve adequar-se física e pedagogicamente para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivenciando um século em que a inclusão das pessoas com deficiência tem ocupado um espaço considerável nos debates travados por aqueles que integram o sistema educacional. Desse modo, a escola, como instância social, espaço de difusão e de criação do conhecimento tem se constituído num contexto favorável à inclusão, em que a compreensão das diferenças, a aceitação do outro com suas características, suas limitações, suas possibilidades e suas necessidades têm sido trabalhadas por muitos que a integram.

Nessa perspectiva os professores no contexto escolar, exercem papel fundamental na vida dos seus alunos com deficiência. Vale ressaltar que muitos educadores, apesar das dificuldades oriundas do sistema educacional, dos preconceitos e da falta de recursos, têm conseguido atender, mesmo que de maneira parcial, às necessidades de seus alunos especiais, conforme podemos constatar na presente pesquisa.

Durante esse estudo conseguimos entender como ocorre o processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, conhecemos quais as metodologias utilizadas pelo professor em sala de aula, bem como passamos a conhecer algumas das necessidades dos nossos alunos com deficiência intelectual e de seus professores. E mais do que isso, entendemos a partir dos relatos aqui expostos que não podemos subestimar uma pessoa com deficiência intelectual. Ela pode sim se desenvolver, embora encontre muitas barreiras para sua inclusão.

Reconhecemos que é necessário que o professor de sala de aula e o profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE, no momento do planejamento, sejam parceiros, se voltem para as reais necessidades dos alunos com deficiência intelectual, promovendo, assim, práticas flexíveis, sistematizando aulas diversificadas e inclusivas, com metodologias que facilitem a aprendizagem desses sujeitos a partir do concreto através de recursos variados. Dessa forma, algumas atividades pedagógicas, como músicas e filmes, podem ser trabalhadas em sala, mas também recursos diferenciados, como computador, livros, revistas, jogos, fichas, dramatização, entre outros. O desenho, a escrita e a leitura se desenvolvem com mais fluidez se houver diversidade nos recursos e materiais pedagógicos que apoiem a prática docente, criando nos alunos diferentes possibilidades de aprendizagem.

No trilhar da inclusão escolar precisamos rever o currículo escolar de nossos alunos, mas também repensarmos a formação inicial e continuada dos professores nas áreas de Educação Especial e de Educação Inclusiva, valorizando e preparando cada vez mais esses profissionais da educação para trabalharem com todos os alunos que ingressam na escola.

Concluimos, através dessa pesquisa teórica e de campo, que, na perspectiva da educação inclusiva, a presença do professor é fundamental, assim como a participação da família e todos que fazem o espaço escolar no processo de inclusão, desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. Sendo assim, precisamos de uma escola acessível, que pense no aluno como sujeito de relação e construtor de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003, p. 33-44.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Senado Federal, Brasília. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2019.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial**. São Paulo: WVA, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências**: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

IACONO, J. P.; MORI, N. N. R. Deficiência mental e terminalidade específica: novas possibilidades de inclusão ou exclusão velada? In: ANPED SUL, SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 5., Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba: Editora Universitária Champagnat, v.1. p. 1-16. 2004.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2006.

LOPES, S. **Flexibilização Curricular**: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica. Universidade Estadual de Londrina/ Secretaria de Estado de Educação – Programa de Desenvolvimento Educacional. Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/786-2.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2019.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Reflexões sobre a diferença**: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/ Ed. UECE, 2002.

MARCHESI, A. A Prática das escolas inclusivas. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SILVA, M. C. Inclusão: dos limites às possibilidades. In: ROTH, B. W. (Org.). **Experiências Educacionais Inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2007, p. 103-109.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação inicial**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VALENTE, J. A. Educação à distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. In: **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, Botucatu, v. 7, n. 12, 2003, p.139-148.

VALENTIM, F. O. D. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual**: considerações sobre avaliação da aprendizagem escolar. 2010. 132f. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Mantins Fonseca, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.